



NARRATIVA FILMICA NO CONTEXTO ESCOLAR: O CONTADOR DE HISTÓRIAS

TERUYA, Teresa Kazuko - UEM/PR
tkteruya@gmail.com

LUZ, Márcia Gomes Eleutério da - UEM/PR
marcia.gomes.psico@gmail.com

MORAES, Denise Rosana da Silva - UNIOESTE/PR
denisepedagoga@gmail.com

WALKER, Maristela Rosso - UFAC/AC
maristelawalker@hotmail.com

Eixo Temático: Comunicação e Tecnologia
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este artigo apresenta uma possibilidade de ação pedagógica utilizando o filme biográfico “O Contador de Histórias” no espaço escolar. A discussão desta narrativa fílmica no processo de ensino e de aprendizagem na escola pode ampliar a reflexão sobre os problemas culturais, sociais e políticos. De que maneira a análise deste filme que aborda uma instituição de confinamento de crianças pobres e abandonadas contribui para a formação de professores? O objetivo é problematizar esta narrativa fílmica sobre a trajetória de Roberto Carlos Ramos, uma criança pobre, negra que morava em Belo Horizonte e foi entregue a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Na perspectiva dos Estudos Culturais, especialmente os autores Stuart Hall, Douglas Kellner, Tomaz Tadeu da Silva, entre outros, analisa o potencial pedagógico do cinema. O contexto histórico dessa narrativa fílmica é a política vigente no país na década de 1970, quando o poder público institucionalizava um espaço para abrigar tanto crianças em situação de rua quanto os chamados “pobres e abandonados” com a promessa de garantir um futuro promissor a elas. O filme propicia reflexões sobre como as identidades e as representações sociais vão se construindo com base nas experiências de vida e como elas também podem se modificar quando são oportunizadas novas formas de ver e agir sobre o mundo. O espaço escolar pode ser um local de transformações e de múltiplas narrativas, onde as “culturas” se entrelaçam e as diferenças são respeitadas. Consideramos viável a possibilidade de professores/as e alunos/as repensarem e refletirem sobre as narrativas culturais de adolescentes como Roberto para estabelecer estratégias de ensino e aprendizagem em relação aos estigmas e preconceitos sofridos por grupos de adolescentes marginalizados que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Mídia na Educação. Formação de professores. Identidades. Estudos Culturais.

Introdução:

Vivemos em um momento histórico de grandes transformações sociais, culturais, econômicas e políticas em que a discussão sobre a situação da criança e do adolescente ganha cada vez mais relevância. Em decorrência destas transformações a educação escolar passou a assumir um papel importante neste cenário. Nesta perspectiva, os Estudos Culturais defendem que a escola deve ser um ambiente da diversidade cultural que promova ferramentas básicas do conhecimento para propiciar melhor compreensão de questões sociais. Enfatizam também o rompimento das barreiras disciplinares que possibilitam transitar por diferentes áreas de conhecimento, tendo em vista que uma determinada disciplina não abarca todas as possibilidades de apreender um objeto a ser conhecido.

O presente artigo apresenta uma possibilidade de ação pedagógica utilizando a mídia na educação escolar, em especial a metodologia de análise fílmica com base nos Estudos Culturais. A discussão da narrativa fílmica no processo de ensino e de aprendizagem na escola pode ampliar a reflexão sobre os problemas culturais, sociais e políticos. A mídia (referimos a televisão, o rádio, os jornais, as revistas, a internet, a publicidade, os filmes, entre outros) tal como a centralidade atribuída por Hall à cultura na contemporaneidade, por suas características plurais, urdem o tecido da vida cotidiana, modelando opiniões e comportamentos, “fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (KELLNER, 2001, p. 9).

O objetivo é problematizar esta narrativa fílmica sobre a trajetória de Roberto Carlos Ramos, uma criança pobre e negra de Belo Horizonte e foi entregue a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Na perspectiva de Stuart Hall, Douglas Kellner, Tomaz Tadeu da Silva entre outros, analisa o potencial pedagógico do cinema. Entre fugas e capturas da instituição que abrigava crianças pobres e abandonadas, Roberto cresce convivendo e adquirindo experiências com os meninos de rua e assim, construindo aos poucos sua identidade. Sua vida começa a mudar quando ele conhece uma pedagoga francesa, que realizava uma pesquisa na FEBEM. Ela proporciona a Roberto novas vivências que aos poucos vai modificando suas representações sociais. Essa narrativa fílmica propicia reflexões

sobre como as identidades e representações sociais vão se construindo com base nas experiências de vida e como elas também podem se modificar quando são oportunizadas novas formas de ver e agir sobre o mundo.

Organizamos esse artigo da seguinte forma: inicialmente tecemos considerações embasados nos Estudos Culturais para ampliar o escopo de análise desse filme. Em seguida apresentamos o filme e sua biografia, nosso objeto de análise e estudo e, finalmente tecemos considerações acerca da importância de os/as professores/as utilizarem a narrativa fílmica como instrumentalizadora do processo de ensino e de aprendizagem, e, especialmente para a valorização das diferenças no ambiente escolar e na prática social.

A Mídia e o cotidiano

A cada dia a mídia está mais presente em nosso cotidiano e se apresenta como o maior meio de difusão de informações. As pessoas passam grande parte do tempo ouvindo rádio, freqüentando cinema, assistindo TV, ouvindo músicas, fazendo compras, lendo jornais, acessando a internet, entre outras formas de cultura oferecidas pelos meios de comunicação. A escola não pode mais ignorar esta realidade e se considerar a única detentora do saber.

O professor que somente transmite o conteúdo do livro didático não responde mais as expectativas do contexto atual. A prática docente exige uma nova metodologia de ensino utilizando-se dos recursos midiáticos numa perspectiva crítica que possibilite o discernimento dos conteúdos veiculados na mídia, produzindo novas formas de cultura:

[...] esses estudos explorarão algumas das maneiras como a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta. Afirmamos que a cultura da mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas através de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia. (KELLNER, 2001, p. 10-11)

A cultura da mídia passou a controlar a vida cotidiana, dirigindo nossa atenção e nossas atividades, induzindo os receptores a se identificarem com as ideologias e as representações sociais dos discursos dominantes. No entanto, para Kellner (2001) a mídia não

deve ser considerada somente uma ferramenta de alienação e dominação. Ela também possui uma potencialidade para oferecer uma nova forma da construção do conhecimento.

No momento em que adentramos num novo milênio, a mídia se torna importante na vida cotidiana. Sob a influência de uma cultura imagética multimídia, os espetáculos sedutores fascinam os ingênuos e a sociedade de consumo, envolvendo-os na semiótica de um mundo novo de entretenimento, informação e consumo, que influencia profundamente o pensamento e a ação. (KELLNER, 2007, p. 5)

Setton (2004) ressalta a importância de levar a mídia para o contexto escolar, não como uma forma de entretenimento, mas como material didático, como fonte de informação e servindo como um instrumento ideológico que favoreça a construção das identidades individuais e coletivas. Para a autora, a análise da mídia na prática pedagógica possibilita um caminho profícuo de reflexão crítica sobre os problemas da cultura contemporânea. Concernente com o pensamento da autora, Teruya (2006) nos diz que:

A metodologia de ensino com a utilização dos recursos da mídia poderá contribuir positivamente na formação do estudante, mas o(a) educador(a) deve ter uma atuação transparente, coerente com a própria concepção de educação e estar munido de uma consciência própria crítica em relação aos problemas sócio-econômicos, culturais e políticos da sociedade brasileira (...), para não reproduzir (a alienação) futuros autômatos, incapazes de interpretar os códigos ou as diferentes leituras da realidade e, por conseguinte, de dar sua contribuição na construção da cidadania (TERUYA, 2006, p. 12-13).

É possível por meio das reflexões destes pesquisadores, reconhecermos a potencialidade do conhecimento que a mídia pode proporcionar ao espaço escolar. Esta potencialidade na maioria das vezes é desconhecida ou ignorada pelos educadores. Isso contribui com a alienação e não favorece uma pedagogia emancipatória. Apoiado na pedagogia emancipatória de Paulo Freire, defendemos a alfabetização crítica da mídia para capacitar e desenvolver o poder dos indivíduos de decodificar e realizar a leitura do mundo e aprender a interpretar as mistificações e o funcionamento das relações de dominação, a fim de libertar as pessoas da opressão. Kellner (2003, p. 127) propõe o modelo freireano do diálogo no ensino de um alfabetismo crítico das narrativas da midiática, como “um excelente meio de fazer com que os/as estudantes falem sobre sua cultura e experiência, para articular e discutir a opressão e a dominação cultural”

A escola pode e deve ser o veículo utilizado para esta possibilidade de transformação, e os/as professores/as podem e devem encampar essa possibilidade didático-pedagógica em sua ação educativa. Concordamos que “[...] quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2007, p.30),

Leite (2003) ressalta que na escola, as mensagens de um filme e suas imagens podem ser analisadas em uma perspectiva de desconstrução dos padrões impostos pela camada dominante, uma vez que o discurso da narrativa fílmica produz sentido às imagens e às falas dos personagens. Essa atitude de transmitir uma relação de poder de um grupo dominante que naturaliza e identifica a sua cultura como sendo a única, não respeita as diversidades culturais. Para esta autora, o uso de análises fílmicas em sala de aula proporciona um espaço que favorece a aprendizagem do/a aluno/a com a mediação do/a professor/a, contribuindo para construir a própria visão de sociedade sem ser manipulados pelos conteúdos lançados pelo discurso dominante.

Selecionamos o filme: **O contador de histórias** com o objetivo de propor uma análise interpretativa. Essa narrativa fílmica propicia reflexões sobre como as identidades e representações sociais vão se construindo com base nas experiências de vida e como elas também podem se modificar quando são oportunizadas novas formas de ver e agir no mundo. Se a escola pode ser um local de transformações, um ambiente de múltiplas narrativas, onde as culturas se entrelaçam e as diferenças são respeitadas, consideramos viáveis a possibilidade de professores/as e alunos/as repensarem e refletirem sobre as narrativas culturais de adolescentes como Roberto, para estabelecer estratégias de ensino e aprendizagem em relação aos estigmas e preconceitos sofridos por grupos de adolescentes marginalizados em situação de risco e vulnerabilidade social.

O filme: o contador de histórias

O filme biográfico “*O Contador de Histórias*” é baseado na história de vida de Roberto Carlos Ramos, uma criança pobre e, negra que morava em Belo Horizonte e foi entregue a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, extinta em 2006, foi uma instituição que abrigava crianças pobres e abandonadas. O contexto histórico dessa narrativa

filmica é a política vigente no país da década de 1970 quando o poder público institucionalizava um espaço para abrigar tanto crianças em situação de rua como qualquer criança pobre, os chamados “pobres e abandonados”, com a promessa de garantir um futuro promissor a elas.

Na década de 1960 o Estado assumiu a responsabilidade pela assistência e proteção à infância pobre e adolescentes infratores. Em 1964 quando foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) uma política do bem-estar do menor, estudava-se os problemas da época para pensar as possíveis soluções. O objetivo era também fiscalizar, orientar e coordenar as instituições de internações para atender os adolescentes carentes e infratores do Estado e do País.(MARCÍLIO, 1998).

A prática da FUNABEM, articulando estatal e privado, se concentra na proposição e assinatura de convênios a partir da racionalidade imposta pelos técnicos, além de manter o que foi chamado de um centro-piloto, instalado no Rio de Janeiro e que deveria servir de modelo a todo o Brasil. As novas práticas implicam a instalação de Centros de Recepção e Triagem, para diagnóstico, dividindo os meninos e meninas atendidos em carentes, por um lado e de conduta anti-social, por outro (FALEIROS, 1995, p.77).

A partir da perspectiva apresentada pelo autor, percebe-se uma conduta anti-educativa claramente estabelecida, quando as crianças são discriminadas desde o início, em cujos centros que, deveriam cuidar ou mesmo reorientar as crianças em conflito com a lei. Foram criados inúmeros estabelecimentos para abrigar crianças pobres e carentes. Muitos “menores” como eram chamados as crianças e os adolescentes eram retirados de suas casas, alegando a precariedade e falta de condições estruturais da família pobres, que eram consideradas indignas para cuidar de seus próprios filhos. (COIMBRA, 2008).

Em uma publicação feita pela FUNABEM em 1969 revelam o preconceito e a discriminação contra os pobres, como uma passagem descrita por Rodrigues (2001, p. 143): “[...] os pais desses menores tem amarelão, tuberculose, desnutrição. Gera filhos indiscriminadamente ‘porque divertimento de pobre é esse’”. Acrescenta que se os filhos dos pobres conseguem sobreviver nos primeiros meses, passam a se alimentar de farinha e caldo, retratando as condições de precariedade dessas famílias.

Estas informações deixam claro o preconceito e o estigma que as famílias carregavam pelo fato de serem pobres. Ao invés de uma tentativa por parte do governo de ações voltadas a solução dos problemas, o que podemos perceber é ironia e um total descaso. Esta realidade é

retratada no decorrer do filme. Após assistir a uma propaganda na TV divulgando um cenário totalmente positivo do trabalho desenvolvido na FEBEM, a mãe de Roberto, esperançosa de que o filho se tornasse “doutor”, interna-o em uma dessas Instituições. Entre fugas e capturas, Roberto cresce convivendo e adquirindo experiências com os meninos de rua e aos poucos vai construindo sua própria identidade.

O conceito de identidade é multifacetado e complexo e tem sido pesquisado em diversas áreas de conhecimento tais como: a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicanálise, entre outros. Nas diferentes áreas do conhecimento, a convergência recai no fato de que todas compreendem que a identidade como um processo que se desenvolve e se transforma com a história.

Hall (2002) ressalta que não há uma identidade fixa e permanente, uma vez que ela se transforma constantemente com as formas como somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que vivemos. A identidade é histórica e não biológica, nossas identificações estão constantemente se modificando.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

A identidade de Roberto começa a se transformar a partir do momento em que conhece uma pedagoga francesa que está visitando o Brasil, a fim de realizar uma pesquisa na FEBEM. Lá ela conhece Roberto e decide levá-lo para sua casa. Ela lhe proporciona novas vivências e experiências que aos poucos vai modificando suas representações sociais e novas formas de ver e agir sobre o mundo vão se despertando.

Valorizando a diferença, construindo identidades: a função da escola.

No que tange a discussão premente sobre a valorização da diferença como contributo a identidade, Silva (2009) nos diz que sua proposta é da efetivação de uma pedagogia que na redefinição de seu currículo trate da identidade e da diferença como uma forma de valorizar as diferentes culturas, não como consenso de diálogo ou de comunicação, mas como uma

relação de poder. Uma pedagogia que estabelece uma estratégia pedagógica e curricular para abordar a identidade e a diferença leva em conta as contribuições da teoria cultural. Nessa perspectiva, a pedagogia e o currículo tratariam as questões da identidade e da diferença sob o aspecto político.

Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. A diversidade biológica pode ser um produto da natureza; o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural. Uma pedagogia cuja matriz teórica seja a problematização da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além de benevolentes ações de boa vontade. ‘Tem que colocar em seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las’ (SILVA, 2009, p.100).

A escola como uma instância eminentemente inclusiva, situada contraditoriamente em uma sociedade desigual, precisa levar em conta essas discussões sobre a identidade e a diferença dos que a compõem. Nesse caso específico, a utilização didática de filmes para tratar dessa discussão fundamental tem um forte apelo entre os/as educandos/as para além de homogeneizar suas práticas, mas materializá-las em uma natureza emancipadora.

Canclini (2008, p.57) assevera que, existe uma grande problemática da desigualdade que se manifesta inicialmente como desigualdade socioeconômica. Assim, as diferenças culturais perdem sua identidade sócio-histórica, sendo, portanto, suscetível a mudanças futuras. “Quem supõe que sua maior fortaleza reside nas diferenças culturais tende a absolutizá-las”.

O espaço da escola precisa ser eminentemente inclusivo, onde as diferenças sejam dignamente respeitadas e contribuam para o enriquecimento das práticas pedagógicas e das práticas sociais. Paulo Freire (2007) nos diz que uma das maiores virtudes no processo formativo é de aceitar e respeitar a diferença. Isso não ocorre sem escutar ao/a outro/a.

Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino rico, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me a escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, de tratável ou desprezível (FREIRE, 2007, p.120-121).

Para Freire, deve fazer parte intrínseca da formação dos/as professores/as à qualidade da escuta legítima, essas qualidades vão sendo construídas na prática democrática de escutar

o/a outro/a. “É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, não é possível à prática pedagógica-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 2007, p.120).

Conclusão

Uma educação que leva em conta a efetividade utilizando as mídias, em especial o cinema como contribuição ao processo didático-pedagógico, ainda está distanciada do espaço escolar, bem como das salas de aula nas escolas brasileiras, já que, as práticas desenvolvidas nesses espaços não têm auxiliado as reflexões sobre identidade e diferença. É preciso retomar com urgência os projetos político-pedagógicos, tanto das instâncias formadoras de professores/as quanto das escolas de Educação Básica, especialmente das instituições que se responsabilizam com o ensino de adolescentes e crianças das classes populares, a fim de fortalecer as práticas que promovam a inclusão e denunciem práticas de segregação. É preciso retomar o campo da pedagogia como um campo de luta, no sentido de que os/as estudantes sejam estimulados a experimentação, a insubordinação, no caminho de uma pedagogia da diferença.

No caso do filme analisado, essa problemática pode ser trazida à luz nas salas de aula, tanto das crianças e jovens quanto nas salas de aula dos cursos que formam professores para ampliar seu escopo, promover o debate de idéias, fortalecer as práticas emancipadoras nas escolas e, conseqüentemente na sociedade.

O uso de filmes na sala de aula ainda se restringe aos relatórios solicitados aos/as alunos/as após sua exibição como forma de controle de que efetivamente foram assistidos. É necessário repensar a metodologia de exposição deste rico material que pode ser muito didático. Roteiros, esquetes, dramatizações, comparações, debates, produções devem ser subprodutos oriundos de análises como do filme aqui discutido. Essas ações devem fazer parte tanto da formação de professores em início de carreira como na formação continuada, em grupos de estudo e pesquisa, pois pelo exposto, é possível forjar identidades com o uso dos meios midiáticos.

O espaço escolar pode ser um local de transformações e de múltiplas narrativas, onde as “culturas” se entrelaçam e as diferenças são respeitadas. Consideramos viável a

possibilidade de professores/as e alunos/as repensarem e refletirem sobre as narrativas culturais de adolescentes como Roberto para estabelecer estratégias de ensino e aprendizagem em relação aos estigmas e preconceitos sofridos por grupos de adolescentes marginalizados que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais, 1995, p. 47-98.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. DP&A: Rio de Janeiro: 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno** / Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

KELLNER, D. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. *Líbero, Brasil*, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/3901/3660>. Acesso em 17 ago. 2011.

LEITE, Sidney Ferreira. **O cinema manipula a realidade?** São Paulo: Paulus, 2003.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORELLI, Ailton José. A criança diante da lei. In: MULLER Verônica Regina e MORELLI Ailton José (Org.). **Crianças e Adolescentes: a arte de sobreviver**. Maringá: Eduem, 2001.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da minoridade (1964-1979)**. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. Cinema: instrumento reflexivo e pedagógico. **In: A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação.** São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu; Stuart Hall, Kathryn Woodward. **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2009, p.73-102.

TERUYA, Teresa Kazuko. **Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação.** Maringá: EDUEM, 2006.